

# Município De São João Nepomuceno/MG

Concurso Público  
Edital 01/2024



Agente Fiscal

MANHÃ

PROVA TIPO 1 - BRANCA

## CARGO: AGENTE FISCAL

### CONHECIMENTOS GERAIS

#### LÍNGUA PORTUGUESA

##### Feliz aniversário

A família foi pouco a pouco chegando. Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos porque a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana. A nora de Olaria apareceu de azul-marinho, com enfeite de paetês e um drapejado disfarçando a barriga sem cinta. O marido não veio por razões óbvias: não queria ver os irmãos. Mas mandara sua mulher para que nem todos os laços fossem cortados – e esta vinha com o seu melhor vestido para mostrar que não precisava de nenhum deles, acompanhada dos três filhos: duas meninas já de peito nascendo, infantilizadas em babados cor-de-rosa e anáguas engomadas, e o menino acovardado pelo terno novo e pela gravata.

Tendo Zilda – a filha com quem a aniversariante morava – disposto cadeiras unidas ao longo das paredes, como numa festa em que se vai dançar, a nora de Olaria, depois de cumprimentar com cara fechada aos de casa, aboletou-se numa das cadeiras e emudeceu, a boca em bico, mantendo sua posição de ultrajada. “Vim para não deixar de vir”, dissera ela a Zilda, e em seguida sentara-se ofendida. As duas mocinhas de cor-de-rosa e o menino, amarelos e de cabelo penteado, não sabiam bem que atitude tomar e ficaram de pé ao lado da mãe, impressionados com seu vestido azul-marinho e com os paetês.

Depois veio a nora de Ipanema com dois netos e a babá. O marido viria depois. E como Zilda – a única mulher entre os seis irmãos homens e a única que, estava decidido já havia anos, tinha espaço e tempo para alojar a aniversariante –, e como Zilda estava na cozinha a ultimar com a empregada os croquetes e sanduíches, ficaram: a nora de Olaria empertigada com seus filhos de coração inquieto ao lado; a nora de Ipanema na fila oposta das cadeiras fingindo ocupar-se com o bebê para não encarar a concunhada de Olaria; a babá ociosa e uniformizada, com a boca aberta.

E à cabeceira da mesa grande a aniversariante, que fazia hoje oitenta e nove anos.

Zilda, a dona da casa, arrumara a mesa cedo, enchera-a de guardanapos de papel colorido e copos de papelão alusivos à data, espalhara balões sugados pelo teto, em alguns dos quais estava escrito “Happy Birthday!”, em outros, “Feliz Aniversário!”. No centro havia disposto o enorme bolo açucarado. Para adiantar o expediente, enfeitara a mesa logo depois do almoço, encostara as cadeiras à parede, mandara os meninos brincar no vizinho para não desarrumar a mesa.

E, para adiantar o expediente, vestira a aniversariante logo depois do almoço. Pusera-lhe desde então a presilha em torno do pescoço e o broche, borrifara-lhe um pouco de água-de-colônia para disfarçar aquele seu cheiro de guardado – sentara-a à mesa. E desde as duas horas a aniversariante estava sentada à cabeceira da longa mesa vazia, tesa na sala silenciosa.

De vez em quando consciente dos guardanapos coloridos. Olhando curiosa um ou outro balão estremecer aos carros que passavam. E de vez em quando aquela angústia muda: quando acompanhava, fascinada e impotente, o voo da mosca em torno do bolo.

(LISPECTOR, Clarice. *Extraído do livro Laços de Família, Editora Rocco – Rio de Janeiro, 1998.*)

#### Questão 01

**“Feliz aniversário” é uma narrativa cujo fato principal está relacionado às lembranças e sentimentos dos personagens, o que acarreta a predominância do tempo psicológico, que flui de acordo com as emoções. Na caracterização dos personagens, são trechos que ressaltam animosidades, desavenças nas relações familiares, convicções ou reflexões do narrador, EXCETO:**

- A) “O marido não veio por razões óbvias: não queria ver os irmãos.” (1º§)
- B) “E desde as duas horas a aniversariante estava sentada à cabeceira da longa mesa vazia, tesa na sala silenciosa.” (6º§)
- C) “[...] a nora de Ipanema na fila oposta das cadeiras fingindo ocupar-se com o bebê para não encarar a concunhada de Olaria; [...]” (3º§)
- D) “[...] a nora de Olaria, depois de cumprimentar com cara fechada aos de casa, aboletou-se numa das cadeiras e emudeceu, a boca em bico, mantendo sua posição de ultrajada.” (2º§)

#### Questão 02

**São trechos do texto lido que ajudam a compor o estado interior da aniversariante, EXCETO:**

- A) “De vez em quando consciente dos guardanapos coloridos.” (7º§)
- B) “E à cabeceira da mesa grande a aniversariante, que fazia hoje oitenta e nove anos.” (4º§)
- C) “E desde as duas horas a aniversariante estava sentada à cabeceira da longa mesa vazia, tesa na sala silenciosa.” (6º§)
- D) “E de vez em quando aquela angústia muda: quando acompanhava, fascinada e impotente, o voo da mosca em torno do bolo.” (7º§)

**Questão 03**

A linguagem coloquial é uma forma de comunicação informal e espontânea, utilizada no dia a dia entre pessoas que se conhecem. O excerto a seguir transcrito exemplifica tal tipo de comunicação:

- A) “Depois veio a nora de Ipanema com dois netos e a babá.” (3º§)
- B) “Olhando curiosa um ou outro balão estremecer aos carros que passavam.” (7º§)
- C) “E, para adiantar o expediente, vestira a aniversariante logo depois do almoço.” (6º§)
- D) “Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos porque a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana.” (1º§)

**Questão 04**

Há uma relação de sinonímia entre a palavra destacada e o vocábulo citado logo a seguir em:

- A) “[...] a nora de Olaria empertigada com seus filhos de coração inquieto ao lado; [...]” (3º§) – irritada.
- B) “[...] e a única que, estava decidido já havia anos, tinha espaço e tempo para alojar a aniversariante [...]” (3º§) – acolher.
- C) “[...] depois de cumprimentar com cara fechada aos de casa, aboletou-se numa das cadeiras e emudeceu, [...]” (2º§) – sentou-se.
- D) “E desde as duas horas a aniversariante estava sentada à cabeceira da longa mesa vazia, tesa na sala silenciosa.” (6º§) – entediada.

**Questão 05**

Em “E de vez em quando aquela angústia muda: quando acompanhava, fascinada e impotente, o voo da mosca em torno do bolo.” (7º§), a expressão “de vez em quando” pode ser substituída sem que haja prejuízo de sentido por:

- A) Às vezes.
- B) Aos poucos.
- C) Em vista disso.
- D) Consequentemente.

**Questão 06**

Dentre os fragmentos relacionados, pode ser identificado um exemplo de sujeito indeterminado em:

- A) “A família foi pouco a pouco chegando.” (1º§)
- B) “Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos [...]” (1º§)
- C) “O marido não veio por razões óbvias: não queria ver os irmãos.” (1º§)
- D) “As duas mocinhas de cor-de-rosa e o menino, amarelos e de cabelo penteado, não sabiam bem que atitude tomar [...]” (2º§)

**Questão 07**

A partir das características textuais expressadas é correto afirmar que o texto tem um caráter:

- A) Social.
- B) Satírico.
- C) Reflexivo.
- D) Instrutivo.

**Questão 08**

A descrição é irrefutável no texto. No entanto, tal ocorrência só NÃO pode ser observada em:

- A) “E, para adiantar o expediente, vestira a aniversariante logo depois do almoço.” (6º§)
- B) “A nora de Olaria apareceu de azul-marinho, com enfeite de paetês e um drapejado disfarçando a barriga sem cinta.” (1º§)
- C) “Pusera-lhe desde então a presilha em torno do pescoço e o broche, borrifara-lhe um pouco de água-de-colônia para disfarçar aquele seu cheiro de guardado – sentara-a à mesa.” (6º§)
- D) “Zilda, a dona da casa, arrumara a mesa cedo, enchera-a de guardanapos de papel colorido e copos de papelão alusivos à data, espalhara balões sugados pelo teto, em alguns dos quais estava escrito ‘Happy Birthday!’, em outros, ‘Feliz Aniversário!’.” (5º§)

**Questão 09**

Levando em consideração o interior da aniversariante, Clarice Lispector aborda um tema abrangente; assinale-o.

- A) Solidão.
- B) Rejeição.
- C) Ansiedade.
- D) Hostilidade.

**Questão 10**

A redação de atos oficiais precisa ser exercida por meio de regras que disciplinam toda a atuação pública. Em relação ao emprego dos pronomes de tratamento, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Quando se refere à pessoa de quem se fala, emprega-se a forma “sua”.
- B) Quando se refere à pessoa com quem se fala, emprega-se a forma “vossa”.
- C) Recomenda-se abreviar os pronomes de tratamento em comunicações dirigidas a altas autoridades dos poderes da República e eclesiásticas.
- D) Evite-se substituir os pronomes de tratamento pelas formas “seu”, “sua”, “lhe”, “o”, principalmente em relação a “Vossa Excelência”, “Vossa Eminência” e outros de alta cerimônia.

**CONHECIMENTOS DE DIREITO**

**Questão 11**

A população brasileira detém o direito de autogoverno e de decidir livremente a sua situação política, bem como aos Estados o direito de defender a sua existência e condição de independente. Sua autonomia pode ser exercida nas modalidades de independência, associação, integração, autonomia e reconhecimento de direitos de minorias e, por possuir um forte conteúdo democrático, é aplicável a um povo somente em conformidade com a sua vontade, podendo esta ser apurada pelo plebiscito. O conceito se refere a qual princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, segundo a Constituição Federal?

- A) Defesa da paz.
- B) Igualdade entre os Estados.
- C) Autodeterminação dos povos.
- D) Prevalência dos direitos humanos.

**Questão 12**

O Poder Legislativo compõe-se de representantes do povo. Assinale a opção que indica aquele que é eleito pelo sistema proporcional.

- A) Prefeito.
- B) Senador.
- C) Vereador.
- D) Ministro de Estado.

**Questão 13**

Em relação à organização administrativa, especialmente sobre a centralização e descentralização, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conjunto de órgãos que forma a chamada Administração Pública direta ou centralizada.
- II. Competências atribuídas a órgãos públicos sem personalidade própria.
- III. Entidades respondem judicialmente pelos prejuízos causados a particulares.
- IV. São exemplos as Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Está relacionado à desconcentração o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

**Questão 14**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é pessoa jurídica de direito público interno, instituída por lei específica mediante a afetação de um acervo patrimonial do Estado a uma dada finalidade pública. De acordo com o conceito dado, tais características se referem a qual pessoa de direito público?

- A) Autarquia.
- B) Empresa pública.
- C) Fundação pública.
- D) Agência reguladora.

**Questão 15**

**Sobre as sanções previstas na Lei da Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- B) A aplicação das sanções previstas na lei são independentes, sendo defeso a cumulação das penas para não violar o princípio da vedação à dupla incriminação.
- C) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.
- D) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

**Questão 16**

**Determinada Secretaria apresentou a requisição de compra de produtos, justificando que para uma melhor aquisição seria necessária a combinação das modalidades de licitação de diálogo competitivo e pregão, de modo que pudesse ser feita a escolha do produto que mais atendesse às suas necessidades e com o menor custo. Considerando as informações e, com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.**

- A) Para realização de compras com menor custo, deve ser usada a modalidade de licitação leilão.
- B) É vedada por lei a combinação de modalidades de licitação, devendo a ordem de compra ser adequada.
- C) Somente o Chefe do Executivo detém a legitimidade para fazer requisições de compras de produtos e serviços.
- D) Recebida a requisição deverá ser publicado o termo de referência para contratação que deve ser concluído no prazo de noventa dias, sob pena de preclusão da ordem de compra.

**Questão 17**

**A Administração Pública obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:**

- A) Divulgação dos atos oficiais administrativos somente nas hipóteses previstas na Constituição.
- B) Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- C) Cobrança de despesas processuais e fixação de honorários de sucumbência, caso tenha constituído advogado.
- D) O processo começa por iniciativa da parte, uma vez que a Administração não pode exercer a jurisdição de ofício.

**Questão 18**

**A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. O direito da Administração de anular os atos administrativos é**

- A) imprescritível, em face da soberania do interesse público.
- B) de um ano, quando não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- C) de cinco anos, contados da percepção do último pagamento, quando se tratar de efeitos patrimoniais contínuos.
- D) de cinco anos, contados da data em que os atos foram praticados, quando decorram efeitos favoráveis para os destinatários.

**Questão 19**

**A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, destina-se a regulamentar dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil que dispõem sobre o direito de acesso à informação e sua restrição. Sobre a referida norma, assinale a afirmativa correta.**

- A) As informações pessoais que tratam da intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito pelo prazo de cem anos a contar da sua data de produção, independentemente de classificação de sigilo.
- B) O acesso à informação compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, mesmo quando o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- C) Abrange toda a Administração Pública, ou seja, todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como todos os Tribunais de Contas, Defensoria Pública e o Ministério Público.
- D) As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão dar publicidade a todos os recursos financeiros recebidos e à sua destinação, independentemente da fonte, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

**Questão 20**

Considerando o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, a sua aplicabilidade e o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado na seguinte hipótese:

- A) Para fins exclusivamente jornalístico e artístico.
- B) Por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- C) Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- D) Para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**Questão 21**

Em situação hipotética, as comunidades de Machado e Vargem Grande, que compõem o distrito de Carlos Alves, cresceram o suficiente para se tornarem distritos distintos. À luz do que estabelece a Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno, são considerados requisitos para criação de novos distritos, EXCETO:

- A) Demarcação do limite territorial.
- B) Eleitorado não inferior a duzentos eleitores.
- C) Consulta plebiscitária à população diretamente interessada.
- D) Existência de povoado com, pelo menos, oitenta moradias e escola pública.

**Questão 22**

A Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno traz um rol taxativo de competências, são atribuições que podem possuir caráter privativo, ficando a cargo do Município executá-las; caráter comum, que está relacionada ao âmbito administrativo e pode ser atribuída a todos os entes federativos; caráter suplementar, quando atribuída ao Município para complementar regras gerais previamente estabelecidas por outro ente federado. Ante a tais competências, analise as afirmativas a seguir.

- I. Promover programas de apoio às práticas desportivas e à educação física.
- II. Suplementar a legislação federal, no que couber, e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.
- III. Colaborar no amparo à maternidade, à infância, aos idosos, aos desvalidos, bem como a proteção dos menores abandonados.
- IV. Conceder licenças para localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros.

Compete privativamente ao Município de São João Nepomuceno apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) IV.

**Questão 23**

O Município, hipoteticamente, vem enfrentando uma crise financeira, sendo incapaz de arcar com todos os seus compromissos financeiros. Diante de tal situação, o Sr. Prefeito resolve estabelecer o aumento nas alíquotas de IPTU, para aquele ano, sem, contudo, observar os trâmites e determinações legais estabelecidos para tal aumento, sem a edição de uma lei que majorasse tal imposto. Considerando a situação narrada e o que determina a Lei Orgânica Municipal, estamos diante de:

- A) Uma vedação imposta ao Município de aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- B) Uma vedação imposta ao Município de aumentar tributo que não seja de sua competência.
- C) Competência comum do Município, em suplementar a legislação federal, no que diz respeito ao seu peculiar interesse.
- D) Uma prerrogativa do Sr. Prefeito, visto ser de competência privativa do Município aumentar impostos, de acordo com o seu interesse.

**Questão 24**

Sobre as vedações ao Município estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que:

- A) O Município pode instituir e cobrar IPTU do prédio onde funciona a Agência da Receita Federal.
- B) Ao Município não é vedado estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributo.
- C) A cobrança de pedágios pela utilização de vias conservadas pelo poder público não constitui uma vedação.
- D) O Município pode cobrar o aumento do IPTU no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei de sua majoração.

## Questão 25

Sobre o funcionamento da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, à Luz da Lei Orgânica Municipal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Cada Legislatura terá duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma Sessão Legislativa, que se desenvolverá sempre de 1º de janeiro a 30 de junho e de 20 de julho a 20 de dezembro, independentemente de convocação.
- ( ) As reuniões ordinárias da Câmara Municipal ocorrerão sempre na primeira terça-feira de cada mês, independentemente de convocação.
- ( ) As reuniões ordinárias, quando recaírem em feriados ou ponto facultativo, deverão ser realizadas entre dois dias úteis imediatamente anteriores ou posteriores.
- ( ) A Câmara Municipal de São João Nepomuceno se reunirá em sessões preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, F, V.

## Questão 26

A Câmara Municipal recebe um projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal em 09/07/2024, de autoria de um terço de seus membros, com o objetivo de alterar o funcionamento da Casa Legislativa a partir da Legislatura seguinte. Diante do caso proposto, o projeto:

- A) Não poderá ser imediatamente votado, visto que a Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada nos cento e vinte dias que antecedem as eleições municipais de 2024.
- B) Não poderá ser aprovada, tendo em vista o vício na propositura da Emenda, visto que, para tal, far-se-á necessária a proposta de metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- C) A proposta de emenda deverá ser discutida e votada em turno único de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- D) A proposta de emenda deverá ser discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de quinze dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, a maioria simples dos votos dos membros da Câmara Municipal.

## Questão 27

Compete privativamente ao Prefeito Municipal, EXCETO:

- A) Editar medidas provisórias, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
- B) Decretar, nos termos legais, a desapropriação por interesse social.
- C) Celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município.
- D) Solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município, nos casos admitidos pelas Constituições Federal e Estadual.

## Questão 28

Jucélia, servidora pública efetiva do Município de São João Nepomuceno, foi flagrada por seu superior hierárquico fazendo as unhas durante o horário de expediente, em famoso salão de beleza da cidade. Sua chefia imediata não tinha conhecimento de tal compromisso, acreditando que Jucélia encontrava-se em trabalho externo no momento do ocorrido. Diante de tal situação, Jucélia foi:

- A) Demitida.
- B) Suspensa.
- C) Advertida.
- D) Destituída.

## Questão 29

De acordo com a Lei Municipal nº 1.861/1996, a vacância do cargo público decorrerá de, EXCETO:

- A) Reversão.
- B) Demissão.
- C) Promoção.
- D) Exoneração.

## Questão 30

Dulce, servidora pública municipal, foi colocada em disponibilidade, tendo em vista que seu cargo efetivo foi extinto. Todavia, recebia integralmente sua remuneração. Após certo período, Dulce foi convocada para retornar à atividade, em novo cargo com atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado, entrando em exercício no prazo legal. A situação vivenciada por Dulce, de retorno ao trabalho, é conhecida como:

- A) Reversão.
- B) Readaptação.
- C) Reintegração.
- D) Aproveitamento.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONHECIMENTOS DO CARGO

## Questão 31

“Categoria de atos administrativos na qual não há qualquer margem de liberalidade do agente público quanto a seus elementos, que são todos expressamente definidos em lei. Nesse tipo de ato, não é lícito ao agente exercer qualquer juízo de valor, mas tão somente emitir o ato na forma e circunstâncias previstas em lei.” As informações se referem aos atos:

- A) Válidos.
- B) Precários.
- C) Vinculados.
- D) Discricionários.

## Questão 32

“É um dos princípios regentes do Direito Administrativo explicitamente previsto na Constituição Federal de 1988, segundo o qual é vedado ao agente público agir visando a interesses próprios ou de terceiros, ou para perseguir desafetos, bem como veicular publicidade institucional com o fim de promoção de sua própria imagem.” As informações se referem ao Princípio da:

- A) Probidade.
- B) Publicidade.
- C) Legitimidade.
- D) Impessoalidade.

## Questão 33

“Quanto ao instituto da responsabilidade civil dos agentes públicos, é correto afirmar que as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, \_\_\_\_\_, causarem a terceiros, \_\_\_\_\_ o direito de regresso contra o responsável nos casos de \_\_\_\_\_.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) nessa qualidade / vedado / dolo
- B) nessa qualidade ou não / vedado / culpa
- C) nessa qualidade ou não / assegurado / dolo
- D) nessa qualidade / assegurado / dolo ou culpa

Os dados a seguir contextualizam as questões 34 e 35. Leia-os atentamente.

A Cia. Galáctica é uma empresa do ramo industrial. Em 31/12/2023, seu patrimônio líquido era de R\$ 250.000,00 e seu Ativo equivalia a R\$ 1.420.000,00, dos quais 30% eram realizáveis no decorrer do exercício de 2024.

## Questão 34

À luz dos dados fornecidos, é possível concluir que o valor do Ativo Não Circulante em 31/12/2023 era de:

- A) R\$ 426.000,00.
- B) R\$ 874.000,00.
- C) R\$ 994.000,00.
- D) R\$ 1.006.000,00.

## Questão 35

Com base nos dados informados, é correto afirmar que os Capitais de Terceiros que financiavam as atividades da Cia. Galáctica em 31/12/2023 somavam:

- A) R\$ 670.000,00.
- B) R\$ 1.050.000,00.
- C) R\$ 1.170.000,00.
- D) R\$ 1.220.000,00.

## Questão 36

Dentre os Princípios de Contabilidade, há um que preconiza que “a avaliação dos elementos patrimoniais deve ser feita com um grau de cautela, de modo que, em uma diversidade de alternativas igualmente válidas de mensuração, seja adotada aquela de que resulte o menor valor para os ativos e/ou o maior valor para os passivos”. As informações se referem ao Princípio da(o):

- A) Prudência.
- B) Continuidade.
- C) Oportunidade.
- D) Custo histórico.

## Questão 37

Em 30/08/2023, a Marreco Ltda. vendeu para a Pato & Ganso Cia. Ltda. um lote de mercadorias no valor de R\$ 50.000,00. O pagamento foi efetuado da seguinte forma: uma entrada de R\$ 20.000,00 e mais cinco parcelas mensais de R\$ 6.000,00, com início em 30/09/2023. As mercadorias vendidas estavam registradas na Marreco Ltda. pelo custo de R\$ 32.000,00. Com base nas informações, é correto afirmar que, entre outros, houve o seguinte registro contábil:

- A) Débito na conta de Clientes, pelo valor de R\$ 50.000,00.
- B) Crédito na conta de Estoques, pelo valor de R\$ 32.000,00.
- C) Débito na conta de Receita Bruta, pelo valor de R\$ 50.000,00.
- D) Crédito na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, pelo valor de R\$ 20.000,00.

## Questão 38

Entre os princípios legais que regem o sistema tributário do Brasil, existe um previsto na CF/1988 que proíbe a cobrança de impostos no mesmo ano em que a lei que os criou ou aumentou foi publicada. Esse princípio tem o objetivo de dar ao contribuinte um período para se adaptar financeiramente à nova carga tributária; trata-se do Princípio do(a):

- A) Não-Confisco.
- B) Anterioridade.
- C) Irretroatividade.
- D) Capacidade Contributiva.

## Questão 39

De acordo com as Normas Gerais de Direito Tributário, são consideradas características essenciais dos tributos, EXCETO:

- A) São prestações pecuniárias compulsórias.
- B) Via de regra, devem ser instituídos através de lei.
- C) Não podem ser utilizados com efeito de sanção a ato ilícito.
- D) Podem ser cobrados mediante atividade discricionária do agente fiscal.

## Questão 40

Considerando que as imunidades são exceções ao poder de tributar dos entes da Federação previstas no próprio texto constitucional, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar taxas das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.
- III. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das entidades sindicais dos trabalhadores.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

**ATENÇÃO**



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A prova terá duração de três horas para os cargos de nível fundamental e médio e quatro horas para os cargos de nível superior. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver.
5. O caderno de provas é composto por trinta questões para os cargos de nível fundamental e quarenta questões para os cargos de nível médio e superior.
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos dois outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.